

“A CATEGORIA MULHER NÃO SERVE MAIS PARA A LUTA FEMINISTA”

• Entrevista com Sonia Correa •

Por Laura Daudén e Maria A.C. Brant

“Eu tenho muitos problemas com a categoria ‘mulher’.” Foi com essa ressalva crítica que a pesquisadora brasileira Sonia Correa, fundadora de algumas das organizações mais importantes na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos do Brasil, como a SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, concordou em ser entrevistada para a SUR 24.

Para ela - que hoje co-coordena o Observatório de Sexualidade e Política (SPW, na sigla em inglês), um projeto sediado na ABIA (Observatório Nacional de Políticas de AIDS) – a temática da publicação deveria superar o modelo dos dois sexos, descolando o feminismo do corpo feminino. “É sempre importante retornar a [Judith] Butler, nas primeiras páginas de seu livro Problemas de Gênero, quando elabora sobre como ‘mulher’ é uma construção cultural, ideológica e filosófica. É uma ficção representacional”, afirmou.

A partir daí, seguiu-se uma aula sobre como o movimento feminista trabalhou nos últimos 40 anos, pelo menos, para desvincular o feminismo da experiência exclusiva das mulheres. Citando Gayle Rubin, Judith Butler e Anne Sterling – referências fundamentais para entender o debate -, Correa discorre sobre a “restauração conservadora” em todo mundo e seu impacto em debates concretos, como no caso do referendo da Colômbia, em que a população rejeitou por estreita maioria o acordo de paz assinado entre governo e as FARC.

A fluidez com a qual navega pelos temas vem da longa experiência como pesquisadora, mas também da participação ativa e militante em espaços como a comissão de especialistas que desenhou os Princípios de Yogyakarta em 2006, com diretrizes para a aplicação da normativa

internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero, ou a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento de 1995.

Sua atuação – em grande medida, pioneira – em fóruns internacionais também transborda nas análises críticas sobre o papel dos países emergentes no debate global sobre direitos sexuais e reprodutivos.

• • •

Conectas Derechos Humanos • O tema dessa próxima SUR é “mulheres e direitos humanos”. Teremos uma sessão com perfis de mulheres que trabalham com esse tema e queríamos contar a tua trajetória.

Sonia Correa • Eu estou tão desconfortável de falar em “mulheres e direitos humanos”, porque a minha perspectiva de trabalho nesse campo não é uma perspectiva essencialista, não é uma perspectiva de política identitária. Eu tenho tentado exatamente fazer um movimento no campo feminista, no campo dos direitos humanos, para desestabilizar essa ossificação da categoria e há muitos anos eu não falo como mulher. Eu tenho muitos problemas com a categoria “mulher”.

Conectas • Há uma série de questões que realmente não são totalmente contempladas numa revista sobre “mulheres e direitos humanos”, como por exemplo a questão dos direitos LGBT, mas a gente acha que é uma discussão mais ampla, que mereceria uma revista separada.

S. C. • O problema é separar. Porque, quando você separa, põe água no moinho da política de identidade: há, de um lado, “mulher” e, de outro, “gênero”, que é usado equivocadamente como sinônimo de mulher, que é usado como *proxy* para as identidades que escapam da norma dominante. Dado o estado de guerra contra a “ideologia de gênero” – em curso no Brasil, mas também em muitos outros países – reiterar essa separação é politicamente problemático. Há uma articulação transnacional muito eficaz de ataque sistemático à fantasia ideológica, criada pela direita religiosa norte-americana nos anos 1990 e posteriormente entronizada pelo Vaticano, para atacar o conceito de gênero, da qual falarei mais adiante.

Uma ampla “formação” anti-gênero se constituiria a partir de então, articulando forças religiosas de vários tons, mas também laicas - como no caso da França - e que tem como objetivos bloquear e erodir, de forma articulada e integrada, todas as transformações que estão se dando no campo do gênero e da sexualidade. É uma agenda que ataca a educação sexual, os direitos trans, a questão das novas estruturas de família e a identidade de gênero. Nesse contexto tão conflagrado, precisamos guardar distância crítica quanto às formas de apego político à categoria mulher que não reconhecem sua instabilidade e contingência. Hoje, mais que vinte anos atrás, é crucial falar de gêneros e sexualidades como construções plásticas e instáveis que se articulam, mas que também se distinguem.

Conectas • Você mencionou que há muito tempo não fala em termos de direitos das mulheres. Por quê?

S. C. • Teórica e politicamente, há muitos anos eu não penso a perspectiva feminista como uma perspectiva colada no corpo e na experiência das mulheres ou numa essência feminina. Eu diria que, possivelmente desde sempre na minha formação, na minha exposição ao pensamento feminista, essa sempre foi uma tensão. Eu li Beauvoir muito cedo: a ideia de que você não nasce mulher, de que a mulher é uma construção e uma construção cultural, ideológica, filosófica. Comecei a dialogar com o campo dos estudos contemporâneos em sexualidade muito cedo. No início dos anos 1980, quando o SOS Corpo¹ mal se havia instituído, traduzimos o artigo “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo”, da Gayle Rubin, de 1975, que é um dos textos inaugurais fundamentais do que se chama teoria contemporânea da sexualidade. Em seguida nós traduzimos o clássico de Joan Scott “Gênero como Categoria de Análise Histórica”.

Juntamente como os textos antropológicos de Rosaldo, Lamphere, Ortner esses são primeiros momentos da teoria feminista pós-anos 1960 que produzem fissuras nas concepções sobre a mulher como um sujeito discreto, que tem uma ontologia radicalmente distinta da ontologia masculina – essa construção profundamente e enraizada no que o historiador Thomas Laqueur nomeou como o modelo dos dois sexos. Nos seus estudos sobre representações da biomedicina na transição para a modernidade, Laqueur mostra como essa passagem significou no mundo ocidental um trânsito forte nas marcações de diferença entre masculino e feminino. Até o século 17, seguindo a concepção aristotélica, o feminino era representado como um masculino imperfeito, a mulher era um “homem” menor, cujos órgãos sexuais eram interiorizados. A mulher como *outro* radicalmente diferente do masculino é uma construção caracteristicamente moderna. Nesse marco, há o homem com H do iluminismo – branco, burguês, varonil, guerreiro, colonizador – e seu oposto, a mulher, instável, impregnada de fluidos sexuais, criatura do mundo de penumbras que é a vida privada, onde os homens recuperam a energia para retomar os embates da esfera pública e as guerras. As outras figuras desse panteão são o homem feminino, o pederasta, o desviante e a prostituta, às vezes também construída como ninfomaníaca.

As teorias contemporâneas de gênero e sexualidade, inauguradas mais atrás pela proposição de Beauvoir de que não se nasce mulher, iriam gradativamente desestabilizar esses arcabouços. Em 1975, Rubin começa sua exploração dizendo que o marxismo não é suficiente pra entender o que se passa com as mulheres – pode explicar o que se passa com as mulheres no capitalismo, mas não explica a diferença constitutiva do masculino e do feminino que está presente em todas as culturas e sociedades, marcada por desigualdades, violência e coerção. Um de seus exemplos é o do pé atrofiado das mulheres chinesas, que não pode ser explicado pelo capitalismo. A partir daí, ela dialoga com [Claude] Lévi-Strauss e a psicanálise - [Sigmund] Freud, Anna Freud, Lamp de Groult e [Jacques] Lacan em busca de chaves para compreender como a cultura domestica os sujeitos para caberem, como deve ser, nos moldes de masculino e feminino.

Estou falando aqui de teorias, de textos que têm 40 anos. É quase meio século. É intrigante e preocupante que, passados tantos anos, essas rupturas conceituais, que de fato interrogam

não apenas se as mulheres estão ou não na política, ou quanto as mulheres ganham no mercado de trabalho, qual é a situação da autonomia reprodutiva das mulheres, o controle da sua sexualidade, mas também interrogam o fato de que as genealogias sócio-culturais do masculino e do feminino não tenham sido, ainda, incorporadas ao campo feminista dos direitos humanos. Como eu disse antes, todos esses temas e questões são muito relevantes, mas a produção teórica dos últimos 40 anos tem o mérito de fazer com que compreendamos que essas desigualdades e problemas são sintomas das maneiras pelas quais os sistemas de sexo e gênero se organizam e organizam a lógica das formações sociais.

Na primeira página do livro *Problemas de Gênero*, por exemplo, [Judith] Butler diz que um dos problemas do feminismo é ter colado sua trajetória e condição política à figura da mulher, que é uma ficção representacional. A partir daí, ela elabora a ideia de que não é apenas a concepção dualista que mantinha o binarismo, que pensava o sexo como uma base material essencial sobre a qual a cultura adicionava camadas que iam produzir o masculino e o feminino nas suas desigualdades e concepções. Butler mostra que a própria noção de sexo – e ela certamente não faz isso sozinha, mas pensando a partir de [Michel] Foucault e de outras autoras como Monique de Wittig e a psicanalista Joan Rivière – é ela mesma uma construção. O sexo também é uma convenção social, e o sexo, tal qual compreendemos, como instinto universal, é fundamentalmente uma construção ocidental do século 19, ancorada nas concepções darwinianas de evolução e reprodução sexuada das espécies. É sempre importante lembrar que outras culturas tem outras concepções de sexualidade e gênero. Os percurso teóricos de Butler, Foucault e outros autores desse campo são amplos e complexos. Não é possível traduzir isso de maneira adequada numa entrevista. Mas ainda assim vou tentar traduzir em poucas palavras o que elaborou Butler, mesmo correndo o risco de simplificar excessivamente seu marco de leitura. Segundo ela, sexo e gênero nos parecem naturais porque são permanentemente reiterados nos discursos e práticas culturais e institucionais: a nomeação, as insistências nas diferenças anatômicas, as leis, a separação dos espaços e funções. Ou, como disse Bourdieu em seu clássico *A Dominação Masculina*, traços que estão nos modos de pensar, nas palavras, nos espaços, nos objetos, nos modos de ver e de experimentar a corporalidade. Butler recorre à figura da *drag queen*, da travesti, da pessoa trans, como figura filosófica que desestabiliza essas construções naturais.

Num outro momento ela – e talvez até mais especificamente a bióloga Anne Fausto Sterling, outra autora fundamental – sublinha como sexo é atribuído mesmo antes da pessoa chegar ao mundo. A cultura atribui sexo e gênero aos embriões antes do nascimento. Isso já acontecia antes das tecnologias de visualização que fazem com que essa marcação de sexo-gênero seja cada vez mais automática e acentuada. A visualização da anatomia produz, de imediato, a marca de uma diferença sexual profunda no sujeito, mesmo quando essa pessoa que vai nascer pode, em algum momento da sua trajetória, perceber o seu desejo, sua constituição, sua expressão e sua maneira de ser radicalmente diferentes da diferença sexual que lhe foi atribuída.

Já faz muito tempo que é insuficiente pensar o feminismo como exclusivamente das mulheres e muito menos referenciado na experiência do corpo de mulheres. Se o que determinasse

a possibilidade das pessoas serem feministas fosse uma vagina natural, não ia se chamar feminismo, mas vaginismo. Isso é uma brincadeira que eu faço há muito tempo, mas é muito pertinente hoje, porque há uma batalha no campo da política sexual. Há setores feministas que têm uma posição radicalmente essencialista, fundamentalista, que afirmam que as mulheres trans não existem, que seriam um mero produto do patriarcado capitalista. Uma verdadeira mulher precisa de uma vagina e de órgãos sexuais femininos, caso contrário ela não pode se dizer mulher, não pode se vestir como mulher, não pode frequentar um banheiro feminino.

Por essas muitas razões, desde algum tempo, tenho usado a fórmula “direitos humanos, gêneros e sexualidades”.

Conectas • Como você acha que o feminismo poderia incorporar essa visão que não é essencialista e, ao mesmo tempo, voltar para questões que são específicas, como, por exemplo, a representatividade da mulher política e a equidade salarial?

S. C. • As teorias contemporâneas de sexo e gênero nos permitem pensar a construção do masculino e do feminino como questões que são modais na conformação das estruturas sociais e institucionais. Elas desestabilizam essa ordem, interrogam o sentido das normas sociais e legais que as sustentam, seus efeitos de desigualdade, mas também de inclusão e exclusão seletiva.

A pessoa trans, especialmente mulher trans, é atirada pela cultura dominante a um lugar da rejeição extrema, que é o que explica, por exemplo, que o Brasil seja o vergonhoso campeão de assassinatos de pessoas trans no mundo hoje. Claro, isso não pode estar dissociado da violência estrutural brasileira, que é de proporções colossais, mas os traços, as características dos assassinatos das pessoas trans, com os níveis de barbárie e espetacularização que em geral têm, são a expressão do limite das relações dos direitos humanos, da maneira como o sistema sexo-gênero funciona.

Esse não deve ser visto como um limite que apenas diz respeito à identidade trans, mas como um efeito letal da violência normativa que decorre da lógica binária do sistema sexo-gênero, e que também ancora a violência de gênero no seu sentido mais clássico de violência contra as mulheres. É por isso que é importante não pensar essas duas expressões graves da violência normativa como pertencendo a universos estanques. Os assassinatos de pessoas trans e de mulheres derivam das mesmas *assemblages*, de um mesmo aparato ou andaime de sustentação que é discursivo, que está na norma, está na lei, nas instituições, está na forma como a educação produz as pessoas. Não sem razão, há uns 20 anos as forças que desejam preservar essas estruturas geológicas intactas fizeram do gênero o seu foco alvo principal de ataque.

Olhando a questão do ponto de vista dos direitos humanos, isso implica desafios conceituais e semânticos. Articular gênero e sexualidade, nesses termos, a direitos humanos requer interrogar o essencialismo que ainda marca as concepções e a linguagem dos direitos humanos. Ou seja, exige que deixemos para trás a igualdade/desigualdade entre os sexos gravada na

Declaração Universal, que denota o binário biológico: masculino/feminino, homem/mulher. É preciso tomar o caminho iniciado pelos Princípios de Yogyakarta, que não só interrogaram de frente esse binarismo como se endereçam a violações com base em orientação sexual e identidade de gênero sem nunca mencionar "mulher" ou nenhuma das outras categorias identitárias que caem na rede convencional dos direitos de minorias: gays, lésbicas, trans etc. Há que se buscar formas de "dizer direitos" escapando da malha fina da linguagem propagada pelas máquinas de produção de identidade discretas em gênero e sexualidade.

Conectas • Como você vê essa bandeira contra a suposta ideologia de gênero nos dias de hoje?

S. C. • Não de hoje, isso tem 20 anos. Primeiro, é um fenômeno transnacional. Mas hoje há batalhas terríveis em andamento, inclusive com efeitos desastrosos, como no caso do referendo colombiano. Evidentemente, eu acho um exagero atribuir o resultado do referendo na Colômbia [sobre o acordo de paz com as FARC] aos ataques à ideologia de gênero, especialmente porque houve 60% de abstenção, mas de qualquer maneira houve uma mobilização dos atores, sobretudo evangélicos e da Igreja Católica conservadora, contra a ideologia de gênero imediatamente antes da votação.

Em julho, nós do SPW pedimos ao Frank Hernandez, que é nosso parceiro colombiano, que escrevesse sobre a situação da política sexual na Colômbia na sua relação com o debate sobre a paz e o fim do conflito. Ele terminou isso em julho, e, no mês seguinte, as forças contrárias à ideologia de gênero estavam na rua, encheram as ruas de Bogotá e de outras cidades colombianas. Ele fez um post scriptum interpretando o que estava acontecendo e mostrando que não era acidental, que o que estava se passando tinha uma relação direta com a negociação, porque quem estava por trás das mobilizações contra a ideologia de gênero eram as mesmas forças contrárias ao acordo de Havana. Em seguida sai o resultado, mostrando que o papel dos atores evangélicos e do voto evangélico, particularmente, foi fundamental pra definir o resultado do referendo. Houve outro fator mais "pedestre", mas não menos importante, que é o fato de a ministra da Educação, que é lésbica, ter sido transferida para a coordenação da campanha do referendo – o que alguns analistas políticos consideram ter sido um erro – e sido diretamente atacada por essas forças. Mas, seja por qual ângulo se olhe, toda e qualquer análise que se faça sobre o surpreendente resultado do referendo na Colômbia não pode passar ao largo do ataque que se fez à "ideologia de gênero". Essa cunha está sendo aberta no contexto colombiano há pelo menos 15 anos com a presença fortíssima dos atores, dos pensadores do chamado catolicismo constitucionalista ou constitucionalismo católico.

Eles têm uma presença fortíssima na Colômbia, assim como entre nós, no Brasil, temos os senhores Ives Gandra, Hélio Bicudo, a senhora Janaína Paschoal, que são personagens vinculados a essa corrente de produção intelectual. Essa pauta regressiva está longe de ser recente, mas, como eu disse antes, começou na preparação para Pequim. No Cairo, o termo "gênero" tinha sido grafado num texto negociado entre os Estados – membros. Antes disso, era um termo usado em documentos de pesquisa das agências da ONU, mas nunca tinha

sido grafado num texto negocial. Imediatamente depois disso, vem um ataque direto ao termo no na preparação para Pequim, em março de 1995.

Já contei essa história muitas vezes, mas ela precisa sempre ser recontada para que as pessoas compreendam a trajetória da “guerra contra o gênero” hoje em andamento. Em 1995, no processo de preparação para a Conferência de Pequim, Dale O’Leary, líder da direita religiosa norte-americana (representante da Associação Nacional de Pesquisa) criou a tese da “ideologia do gênero”. Na reunião preparatória de março daquele ano, esses grupos religiosos de direita distribuíram aos delegados oficiais, e especial dos países do Sul, um panfleto que – distorcendo um artigo da bióloga feminista Anne Fausto Sterling sobre o *continuum* de gênero da intersexualidade – afirmava que, ao usar o termo gênero, as feministas reivindicavam a existência de cinco sexos.

A antropóloga Mara Viveros que acaba de escrever um artigo sobre o ataque à “ideologia de gênero” para o SPW, lembra que o passo seguinte foi um artigo de Jutta Burggraf, uma teóloga da Universidade de Navarra na Espanha – que é administrada pela Opus Dei – publicado na Costa Rica, em 2001. Desde então, o artigo “¿Qué quiere decir género?” tem sido replicado geometricamente na América Latina. Nesse mesmo ano, numa carta emitida pelo Vaticano para os bispos norte-americanos, Joseph Ratzinger afirmou que “a colaboração entre homens e mulheres na Igreja e no mundo deve estar fundada na premissa de sua diferença”. Em 2004, outra carta sobre a colaboração entre homens e mulheres seria enviada a todos os bispos do planeta na qual o Vaticano atacaria diretamente a teoria de gênero – sem, porém, nomeá-la – nos seguintes termos: “Esta teoria da pessoa humana, destinada a promover perspectivas de igualdade das mulheres através da libertação do determinismo biológico, tem inspirado, na realidade, ideologias que, por exemplo, põem em causa a família, na sua estrutura bi-parental natural de mãe e pai, tornando a homossexualidade e a heterossexualidade virtualmente equivalentes, num novo modelo de sexualidade polimorfa”.

Hoje, essa produção intelectual, conservadora, retrógrada, que tem como objetivo conter esse processo de desestabilização crítica adotado pelas feministas, pelos movimentos LGBT, está enraizada nos países. Você tem uma batalha, que no Brasil estamos quase perdendo – mas também no México, na Colômbia, na Espanha, na Polônia, na Itália, na França, na Croácia, na Hungria. Em todos os lugares em que houve uma desestabilização, ainda que mínima, das ordens de gênero e sexualidade, há uma batalha em curso. Não é acidental: é uma estratégia muito bem desenhada e conta com recursos volumosos e infraestrutura institucional ampla. Os pensadores da direita católica perceberam, nos anos 1990, o potencial impacto desestabilizador das teorias de gênero e sexualidade e investiram contra elas de maneira sistemática e sustentada. Esse é o estado da arte das guerras de gênero em 2016.

Conectas • No ano passado, testemunhas uma série de protestos contra novas iniciativas conservadoras nesse âmbito, vindas principalmente do Legislativo. Diante desse cenário, quais você acha que devem ser as estratégias e as prioridades do movimento feminista, em particular no Brasil?

S. C. • Não há respostas fáceis para problemas difíceis. De fato, não tenho como responder a essa pergunta de maneira consistente. Posso alinhar desafios e tarefas. Tanto no Brasil quanto no mundo, o desafio maior que todos e todas temos é exatamente o de compreender o caráter estrutural e amplo dessas questões dos gêneros e sexualidade de maneira a ir além da lógica de política identitária que tem marcado esse campo do fazer político. As mulheres ficam de um lado defendendo seus direitos, de outro lado os LGBTs defendendo sua praia, as feministas que lutam pelo aborto vão por um lado, e as que trabalham com violência muitas vezes nem mesmo tocam no tema do aborto, há as tensões brutais que mencionei entre correntes feministas e a política trans, e essas e outra correntes são contra a prostituição e portanto não apoiam as demandas das trabalhadoras sexuais...

Em parte essas fraturas derivam de que fomos todas e todos mais ou menos capturados pelas máquinas de produção de identidades, uma delas sendo o Estado. A lógica de governamentalidade dos aparatos estatais é a compartimentalização. Trata-se de uma dinâmica do tipo *divide et impera*, característica dos Estados pós-coloniais. Ou seja, o governo das diferenças entre grupos populacionais: branco, indígenas, negros, outros estrangeiros. É o traço pós-colonial profundo de nossas máquinas estatais. Mas o mercado também propulsiona lógicas de diferenciação. Sobretudo no marco da produção da visibilidade digital e na dinâmica de uma economia cada vez mais ancorada no consumo.

Fomos, de fato, capturadas/os. Do lado de cá, a política sexual e de gênero dos últimos anos foi construída fundamentalmente a partir da lógica identitária. Já os adversários adotaram uma estratégia comum que se sustenta numa visão ampla e estrutural do que veem como o final dos tempos: a desestabilização das ordens naturais. O ataque à "ideologia de gênero" lança uma rede para conter muitas coisas ao mesmo tempo: a educação sexual, as transformações das estruturas familiares, o aborto, a orientação sexual, a identidade de gênero e até mesmo a premissa de igualdade entre homens e mulheres.

Penso que, para conter essa regressão, é preciso reconstituir os tecidos do que tenho chamado de *políticas da amizade*. O nosso campo é atravessado por conflitos produzidos, em grande medida, por adesão ao essencialismo sexual ou por essa lógica da maquinaria do poder. Acho que superar essa crise de identidades é absolutamente fundamental. E, na situação que vivemos no Brasil hoje, que eu acho que vai persistir durante muito tempo não há outro horizonte que não a articulação em torno a espaços e formas de resistência.

Na verdade, esse é um desafio global, não é mesmo? Especialmente depois de vitória de Trump, as palavras que mais tenho lido e ouvido são: fascismo e resistência. A vitória de Trump não é fato isolado ou uma exceção, mas deve ser situada na cadeia de eventos políticos regressivos inaugurada com a derrocada da Primavera Árabe em 2013, seguindo-se a eleição do BJP na Índia, de governos ultra-conservadores na Hungria e Polônia, do golpe parlamentar no Brasil, da eleição do presidente filipino que, tão logo assumiu, iniciou uma campanha aberta de execuções extrajudiciais, o BREXIT, o estado de exceção na Turquia, a derrota do plebiscito na Colômbia e a eternização da dinastia Ortega na Nicarágua.

Vivemos tempos extraordinariamente sombrios, e isso precisa ser dito aos quatro ventos. Temos que estar preparadas para o pior. Philip Alston, em sua conferência na LSE em dezembro último, dizia que esses eram os tempos mais incertos e difíceis de sua longa carreira como defensor dos direitos humanos.

Conectas • Você tem exemplos de grupos e organizações que estejam fazendo essa resistência de forma interessante internacionalmente, nacionalmente ou em aliança?

S. C. • Eu acho que há um pouquinho de esforços de superação em todos os lugares. Nas Nações Unidas nem tanto, porque lamentavelmente os direitos humanos estão muito marcados pela lógica identitária. Isso começa a se desconstruir, mas ainda muito lentamente. Vejamos o exemplo da América Latina. Ao longo do último período, assistimos governos de esquerda latino-americanos – Brasil, Argentina, El Salvador – aderindo com uma mais razoável facilidade à pauta dos direitos LGBT, inclusive o casamento igualitário, em detrimento do direitos ao aborto. As exceções são o Uruguai e a cidade do México. Nos demais países, o que prevaleceu foi o “pinkwashing” à la latina: somos modernos apoiando os direitos dos LGBT, mas, no que diz respeito ao aborto, entregamos os anéis para os setores conservadores. Essa é a lógica do *divide et impera* dos Estados, mas não vimos essas fraturas sendo debatidas amplamente pelos movimentos. Tudo indica que a onda conservadora vai nos forçar a restabelecer conexões e pautas conjuntas.

Como eu disse antes, há uma forte tendência na política dos direitos humanos de arrastar os debates e demandas para a lógica identitária. Na Índia, onde há uma tradição teórica e política muito crítica da lei e das categorias ocidentais de identidade, houve um momento importante de ruptura com a máquina identitária no processo de contestação do artigo 377 do Código Penal, a chamada Lei de Sodomia. Mas, segundo me dizem, hoje, há, de novo, muita fragmentação. Os resultados da eleição americana, sobretudo, nos dizem que a fratura entre políticas de reconhecimento – gênero, raça, etnia – e de redistribuição – classe, precariedade, insegurança econômica – pode ser fatal politicamente. Isso implica que o outro enorme desafio é reconstruir essas pontes, ou seja, ampliar ainda mais as redes das políticas na amizade.

Conectas • Em artigo publicado na SUR 20, você questionou a capacidade dos países emergentes, do BRICS e do Ibas, de promover essa agenda progressista sobre direitos sexuais e reprodutivos. Essa avaliação se mantém?

S. C. – A situação é muito mais problemática hoje do que há três anos. Já então, eu tinha muitas dúvidas quanto à fantasia que se havia criado em torno da emergência do Sul global como possibilidade de constituir-se uma plataforma virtuosa para que os debates sobre gênero e sexualidade pudessem escapar das armadilhas Norte-Sul em que se viam enredados há muito tempo. Nos anos 1990, assistimos a jogos de barganha embargando temas de gênero e sexualidade nos debates da ONU. Mais recentemente, esse emaranhado tornou-se ainda mais perverso, pois direitos humanos nos âmbitos de gênero e sexualidade passaram a ser usados como justificativa para intervenções “imperiais” – proteger os direitos das

mulheres no Iraque e no Afeganistão, suspender ajuda para proteger os direitos LGBT – e para fechamento de fronteiras – como as provas de homofobia a que são submetidos migrantes do Sul se quiserem viver na Europa.

Na Cúpula BRICS de Fortaleza, em 2014, quando a pauta da linguagem de gênero e dos direitos reprodutivos foi incluída no documento final dos BRICS, pode ter havido uma certa trepidação por parte de feministas. Mas a cena se alterou muito rapidamente logo em seguida, com os movimentos de contração democrática fortes no Brasil e Índia, recrudescimento autoritário da China e um processo político também conturbado na África do Sul. A emergência voltou a ser sinocêntrica e francamente voltada para os interesses econômicos. Em seguida ao impeachment de Dilma [Rousseff, presidente do Brasil] em agosto, precedendo a reunião do G20, o governo chinês publicou uma matéria paga no jornal *Folha de S. Paulo*. O primeiro parágrafo esclarecia que a relação entre a China e o Brasil não era uma relação entre governos, mas uma relação estratégica de cooperação no longo prazo. Ou seja, pautada pelos interesses capitalistas do país tropical e da Terra do Meio. Ao menos, o jogo ficou limpo, desfazendo-se as ilusões.

Porém, nem mesmo isso conta depois de 9 de novembro. Hoje, estamos diante dos potenciais efeitos nefastos da política externa norte-americana pós-Trump que já se anuncia, com a fustigação da China e tendendo a implicar uma volátil e arriscada relação com a Rússia (a Rússia tendo sido a inventora, e a China, o carro-chefe dos BRICS). Embora tenhamos que esperar até o começo de 2017 para delinear melhor essa cartografia, tenho fortes suspeitas de que – assim como a era dos direitos humanos revitalizados que começou em 1989 parece estar chegando ao seu ocaso – a chamada emergência do Sul, nos termos em que a conhecemos, também pode ter seus dias contados.

NOTAS

1 • Sonia foi uma das fundadoras da organização não-governamental feminista brasileira SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia.



“Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License”